



A EDUCAÇÃO COMO PONTA DE LANÇA DE PROJETOS HEGEMÔNICOS

Túlio Almeida de Ázara¹

GT2 – Trabalho, Educação e Políticas Educacionais

Resumo

A educação não é neutra, porém está inserida num projeto político, numa estrutura socioeconômica e num conjunto ideológico que a influencia e deste sofre influência, numa relação dialética. As políticas imperialistas e hegemônicas de Estado no século XIX, XX e na atualidade ainda merecem ser analisados criticamente para compreender as finalidades da educação. Não por acaso que a institucionalização da educação se tornou um fenômeno global a partir da Modernidade e desde, então, não perdeu seu vigor estruturante, antes se intensificou e modificou em conformidade com os projetos hegemônicos do capitalismo. Para refletir sobre esses pressupostos, a metodologia pauta-se em pesquisa bibliográfica. O presente artigo articula ideias de pensadores marxistas e é inicial de uma pesquisa que se pretende expandir para estudar um caso particular – o Ensino Superior. As ponderações de Gramsci, principalmente, orientaram este trabalho no sentido de conceituar ideologia e hegemonia. Althusser apresenta uma visão da estrutura do sistema capitalista no contexto do século XX, mais propriamente sua obra é datada de 1970 contexto de disputas ideológicas entre regimes antagônicos – o capitalismo e o socialismo real. Este autor traz o conceito de aparelhos ideológicos de Estado, o qual é utilizado também neste. O autor Franco Cambi contribui para contextualização histórica da Educação e dos projetos educacionais de Estado. Embora a escrita desses supracitados tenham sido datadas no século XX, em que medida suas considerações ainda são verificáveis nos projetos educacionais. no século XXI? O discurso de educação neutra já é de fato superado na sociedade moderna e contemporânea? Essas são indagações que permeiam este trabalho e, portanto, serão refletidas a seguir.

Introdução

Este artigo de caráter reflexivo traz concepções fundamentadas no marxismo para compreender a relação dialética entre as instituições sociais – escola, família, política e economia. Tem por objetivo corroborar que a educação não é neutra, antes é enveredada de ideologia e projetos hegemônicos dos grupos dirigentes da máquina estatal. Tal reflexão

¹ Graduado em Licenciatura Plena em História pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG)/Câmpus Goiânia. Atualmente, cursando especialização em Docência Universitária na Universidade Estadual de Goiás (UEG)/Câmpus Inhumas. Professor na educação básica no Estado de Goiás.



teórica contextualizada com a História Ocidental Moderna-Contemporânea permite compreender como a ideologia e os projetos hegemônicos operam na sociedade ocidental. A pesquisa de caráter bibliográfico permite trazer as ponderações iniciais para uma investigação do sistema educacional.

Contextualização histórica da educação como instrumento ideológico

Pode-se constatar a educação² como instrumento de projetos imperialistas a partir da estratégia de escolarização do mundo. A isso se atribuir diferentes marcos históricos. A partir do Capitalismo na Idade Moderna, pode-se demarcar os seguintes processos: conquista do Novo Mundo (América) e a catequização dos nativos americanos no século XVI, como um meio de aculturação e de imposição da cultura eurocentrada e acumulação de capital; ao Neoimperialismo no século XIX, no qual o fardo do homem branco era civilizar, educar, povos “primitivos” e “selvagens” da África, Ásia e Oceania, e levá-los a evolução social, que seria o modelo europeu, e a busca de mercado consumidor de bens industrializados e fornecedor de matéria-prima. Em todos esses casos, verifica-se uma educação vinculada a um processo imperialista, vinda de fora para dentro, e etnocentrado aos moldes dos países imperialistas com motivações religiosas, culturais, políticas e socioeconômicas. No século XX esse processo (embora com suas particularidades) não é diferente.

Na primeira metade do século XX, no nazi-fascismo, a educação também é incorporada nessa lógica de reprodução da ideologia dos Estados autoritário ou totalitário. E o contexto histórico social das nações europeias, após a Primeira Guerra Mundial, tornou possível a aceitação das ideias nazistas e fascistas. Na segunda metade do século XX, após a Segunda Guerra Mundial, a Guerra Fria dividiu o mundo em dois blocos com projetos político-econômico e social antagônicos entre os anos de 1945 a 1991. Nessa disputa maniqueísta entre “Bem e Mal”, “democracia e ditadura”, “Socialismo e Capitalismo”, “alienação ou emancipação”, economia planejada ou liberalismo, disputa armamentista, espionagens, guerras e ameaças de uma terceira guerra mundial, as políticas para a educação se configuraram submissas à dinâmica de responder ideologicamente ao alinhamento do

² Para restringir o conceito amplo de Educação, o que este trabalho se propõe a pensar é a educação institucionalizada, ofertada pelo Estado e inserida em projetos de governo.



Estado. Deste modo, a interpretação do mundo oferecida por esses projetos educacionais correspondiam, antes de tudo, aos interesses ligados a essas disputas – em conformidade com a concepção de mundo tanto do capitalismo quanto do socialismo real. A educação foi fortemente apropriada na sua conotação ideológica, até mesmo para definir o sistema “bom e o ruim”, o “certo” e o “errado”.

Ideologia, Estado e Educação

Ao tratar o termo ideologia é necessário abordar, conceituar e, assim, para fins analíticos, restringir o conceito de ideologia. No caso em específico, o termo não pode assumir uma denotação acrítica que desassocie as ideias, a cultura, ou mesmo a superestrutura, do meio social, da sua historicidade, ou seja, do materialismo.

Gramsci (1978) considera que não existe uma ideologia, mas várias, de acordo com o meio histórico social. Todo ser humano é capaz de pensar, logo de construir uma visão de mundo, ter autonomia para se submeter ou não a ideologia de outros grupos. As ideologias têm potencialidade de organizar as massas, trazer consciência da posição social e produzir conflitos, lutas de classes. Contudo, um grupo social também pode tomar emprestado concepções de mundo de outro grupo, isso por motivo de submissão e subordinação intelectual que estão ligados às relações sociais e de produção, aos aparelhos ideológicos de Estado, enfim, à materialidade. Ao considerar que todo ser humano tem a capacidade de raciocínio e de racionalização, de intelectualidade, logo, é possível aos indivíduos se apropriarem da ideologia dominante ou adquirir uma visão crítica e, de acordo com nível de consciência coletiva, elaborar sua própria forma de viver. Só que os grupos (classes) dirigentes que manipulam a máquina estatal temem isso e, então, utilizam-se dos Aparelhos Ideológicos e Repressivos de Estado, constituem hegemonia para manter a ordem e o sistema. A partir da constituição desses mecanismos e supremacia, torna-se mais difícil romper com a lógica social imposta, porém isso não significa que não possam, concomitantemente, coexistir as contradições, ideologias contra-hegemônicas, que mobilizam grupos sociais e trazem embates.

Nágela Aparecida Brandão e Edmundo Fernandes Dias (2007), numa reflexão oriunda



da pesquisa de mestrado, corroboram que Gramsci se diferencia no pensamento a respeito de ideologia justamente por não enfatizar a negatividade desse conceito, mas por pensá-lo de forma dialética, ao observar ideologias de embate, na contra mão da hegemonia dominante. Ele, então, pensou nas ideologias e hegemonia das classes subalternas. Tão importante quanto compreender ideologia é também conceituar hegemonia. Para Brandão e Dias (1980, p. 45) “o conceito de ideologia é premissa e primordial ao conceito de hegemonia”, uma vez que se o primeiro conceito, em Gramsci, significa visão de mundo, o segundo é, então, a construção desta visão. Entretanto, a consolidação de uma hegemonia ocorre por meio de forças que, segundo Gramsci (1980, p.45) apud Brandão e Dias (2007, p. 87), obedecem aos seguintes princípios:

- 1) que nenhuma sociedade se coloca tarefas para cuja solução não existam já as condições necessárias e suficientes, ou elas não estejam em vias de aparição e de desenvolvimento;
- 2) que nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída, sem antes ter desenvolvido todas as formas de vida que estão implícitas nas suas relações

Mesmo que a ideologia não seja a realidade em si, ela é uma representação oriunda das relações humanas com a condição de existência, fundamentada na materialidade. A hegemonia, que é a implementação de um projeto ideológico, só se constitui desde que existam as condições necessárias. Ela necessariamente significa a crítica do conjunto de ideologias anteriores que cria, propõe e implementa um novo. “O capitalismo, por exemplo, para se constituir enquanto modo de produção dominante na Europa teve que destruir a forma de viver anterior, toda antiga institucionalidade para possibilitar a generalização de sua racionalidade” (BRANDÃO e DIAS, 2007, p. 88). Entretanto, isso não significa que essas ideologias anteriores deixaram de existir, só que necessariamente quer dizer a perda de sua generalidade e supremacia. O Estado é um lugar de luta porque possui mecanismos de dominação e implementação de hegemonia. Quais, então, são esses mecanismos e qual a função da educação nesse processo?

Louis Althusser (1974), no contexto das disputas por hegemonia dos dois grandes polos mundiais (Estados Unidos com capitalismo e União Soviética com o Socialismo real), pensou na educação como um meio de subordinação, como um aparelho que funciona no



sentido transmitir concepções do mundo e da cultura da classe dominante. Em sua obra, ele expõe o Estado como uma máquina, a qual é regida (no capitalismo) por uma classe dirigente. É também um lugar de embate, de lutas de classes. Nesse sentido, “o objectivo das lutas de classes visa o poder de Estado e, conseqüentemente, a utilização feita pelas classes (ou de frações de classes) detentoras do poder de Estado, do aparelho de Estado em função dos seus objectivos de classe.” (1974, p. 38). Então, o que assegura a manutenção dessa máquina e da classe dirigente (ou grupos sociais) que a controla, bem como garante alcançar os objetivos, são os aparelhos de repressão e ideológicos de Estado.

Ainda o mesmo autor (Althusser) define e distingue ambos aparelhos em suas funções orgânicas. Cita-se como exemplos de aparelhos repressivos do Estado “o Governo, a Administração, o Exército, a Polícia, os Tribunais, as prisões, etc...” (1974, p. 43) que atuam basicamente por meio de repressão e violência (não necessariamente física). Enquanto, os AIE (aparelhos ideológicos do Estado) se referem à família, à legislação, à escola, ao político, às informações (meios de comunicação), às Letras, Artes, desportos etc. (ALTHUSSER, 1974). Contudo, deve-se considerar que embora o primeiro aparelho de Estado atue pela repressão, secundariamente depende da ideologia para funcionar e o mesmo ocorre com o segundo. Embora, a escola seja, então, um AIE, ela se dispõe de métodos de coercitividade e de disciplinarização, próprios dos aparelhos repressivos. Entretanto, ambos funcionam no sentido de reproduzir a ordem vigente, corroboram para manutenção de uma hegemonia. Não apenas no sentido de manter o *status quo* do grupo dominante, mas de reiterar as relações de produção (ou seja, relações de exploração capitalista).

A instituição educacional, por exemplo, vai para além de formar (ou especializar, qualificar) as forças produtivas (mão-de-obra), no qual se tem um tipo de formação para cada classe social “(uma instrução para os operários, outra para os técnicos, uma terceiro para os engenheiros, uma outra para os quadros superiores, etc.)” (ALTHUSSER, 1974, p. 20), aprende-se também a ler, escrever, contar e junto a isso costumes, moral, deveres, consciência cívica e histórica, obediência, sociabilidade, disciplina, competências e habilidades, que serão cobrados mais tarde no mercado de trabalho. Além disso, permite ainda a conformação, o entrar nos moldes do que é socialmente aceito, e isso significa reprodução da submissão da



ideologia dominante e manutenção do paradigma social-econômico e cultural já posto. Pode-se, então, afirmar que

A reprodução da força de trabalho tem pois condição *sine qua non*, não só a reprodução da qualificação desta força de trabalho, mas também a reprodução de sua sujeição à ideologia dominante ou da prática desta ideologia, com tal precisão que não basta dizer: não só mas também, pois conclui-se que é nas formas e sob as formas de sujeição que é assegurada a reprodução da qualificação da força de trabalho. (ALTHUSSER, p.22)

Ainda sobre essa instituição, Althusser (1974, p. 62) a considera como

Aparelho ideológico de Estado nº 1, e portanto dominante foi o aparelho escolar, que de facto substituiu nas funções o antigo Aparelho Ideológico de Estado dominante, isto é, a Igreja. Podemos até acrescentar: o duo Escola-Família substitui o duo Igreja-Família.

Ele afirma isso ao tentar comparar o AIE dominante na Idade Média com a Idade Moderna. Por mais que esse posto de nº1 possa ser contestado e disputado na contemporaneidade, considero a escola como um aparelho de função vital ao sistema. Basta atentarmos que ela é instituída como obrigatoriedade às crianças, no caso brasileiro³, a partir de 4 anos de idade, com carga horária de 4 a 8 horas diárias, 5 a 6 dias por semana (geralmente, 200 dias letivos no ano) durante 12 anos, ou mais se considerarmos o Ensino Superior. Em idades cruciais para o processo cognitivo e social do indivíduo.

A função de ensinar cidadania, dever, civismo, a língua e as letras etc., por mais que seja também ensinada por outras instituições, como a igreja, ela é majoritariamente do duo escola-família. Mesmo que isso seja contestado pelo peso ideológico que a mídia (internet, televisão, rádio, jornais, filmes etc) exerce sobre as massas, é a escola que ensina ler os textos da internet, a legenda dos filmes, os *outdoors* nas ruas etc. Assim, a relevância da escola para máquina estatal e para o sistema é indubitável. Veja que, então, a função ideológica da instituição escola é atrelada à concepção de uma ideologia “para si” na medida em que o Estado (sendo regido por uma classe, ou fração de classe social) por meio da educação

³ A lei nº 12.796/2013 diz que a partir dos 4 anos de idade as crianças tem o direito a escolarização gratuita ofertada pelo Estado. É necessário afirmar que essa obrigatoriedade de educação não é próprio do Brasil, mas da grande maioria dos países capitalistas do Ocidente.



externaliza o seu conjunto de crenças, ideários, conceitos, visão de mundo para constituir o seu processo de dominação legítima (hegemonia).

Isso não é próprio do século XX, já anteriormente podemos pensar na função da educação e alfabetização para Estado. Eric J. Hobsbawm (2014) também reflete sobre a atribuição ideológica da educação ao pensar na formação dos Estados nacionais europeus e estadunidense no século XIX. Ele considerou que as instituições escolares tiveram uma efetiva função de impor uma uniformidade nacional, já na perspectiva de exacerbar um sentimento de pertencimento à nação. Isso no contexto das disputas territoriais (a exemplo de Alsácia-Lorena⁴, motivo de embate entre França e Alemanha) e imperiais (colonização do continente africano e asiático).

Para Hobsbawm (2014), então, o Estado foi o principal responsável por construir o nacionalismo, mais especificamente, a educação do Estado. Não por acaso que no século XIX cresce exponencialmente o Ensino Médio (*High School*) e o Ensino Superior nos países europeus e nos Estados Unidos da América. “Contudo, o maior avanço ocorreu nas escolas primárias, cujo objetivo era não apenas o de transmitir rudimentos da língua ou aritmética mas, talvez mais do que isso, impor valores da sociedade (moral, patriotismo etc.) a seus alunos.” (2014, p.156 – 157). Nessa educação infantil, a alfabetização era primordial no sentido de padronizar a nação numa língua escrita e falada que seria um meio de reprodução das ideias e pensamentos do estado (tanto na escolarização) quanto nos meios de comunicação em massa, no período, a imprensa (a qual só seria massificada quando grande parte da população fosse alfabetizada numa língua padrão).

Assim, na medida em que os Estados-nação eram formados, postos públicos e profissões da civilização progressista se multiplicavam, a educação escolar se tornava mais geral e, acima de tudo, a migração urbanizava populações rurais, todos esses ressentimentos encontravam uma ressonância geral crescente. Pois escolas e instituições, ao imporem uma língua de instrução, impunham também uma cultura, uma nacionalidade. (HOBBSAWM, 2014, p. 158)

⁴ Em 1871, ao cabo da guerra Franco Prussiana, a França cedeu esse território ao governo alemão. Só conseguiu resgata-lo mais tarde, no século XX, depois da Primeira Guerra Mundial, por meio do Tratado de Versalhes (1919).



Não é por acaso que a educação de Estado gratuita e expandida (não só para a nobreza) foi um projeto das revoluções burguesas uma vez que corroborava com

(...) uma ideologia que representa a Escola como um meio neutro, desprovido de ideologia (visto que... laico), em que os mestres, respeitosos da consciência e da liberdade das crianças que lhes são confiadas (com toda a confiança) pelos pais (os quais são igualmente livres, isto é, proprietários dos filhos) os fazem acender à liberdade, à moralidade e à responsabilidade de adultos pelo seu próprio exemplo, pelos conhecimentos, pela literatura e pelas suas virtudes libertadoras. (ALTHUSSER, 1974, p 67)

Um dos discursos que caracterizavam a educação, dentro das concepções pedagógicas tradicionais, reproduzido desde a Idade Moderna é a ideia de neutralidade da educação. Por mais que estejamos distantes do ensino da Idade Moderna (quanto à cronologia), verifica-se que o mencionado discurso perdura. Exemplo⁵ disso é o projeto de lei n° 867, de 2015, art. 2, que prevê que “a educação nacional brasileira deve atender ao princípio da neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado”. Pode-se perceber que a negação da educação como um aparelho ideológico é uma das estratégias do sistema para fazê-la unicamente reprodutora da ideologia dominante. Ela só é compreendida como ideológica pelo sistema político brasileiro atual quando expõe ideários contrários à hegemonia dirigente. É inerente a educação ser ideológica, não neutra, principalmente ao considera-la como AIE.

Considerações Finais

Indubitavelmente, é complicado pensar a educação desassociada de seu contexto social, afinal, ela está inserida na sociedade ocidental-capitalista, como abordado neste, ainda como uma instituição primordial e de vital importância. Este desvendou por meio de reflexões teóricas e históricas a relação dialética entre educação e Estado uma vez que mostra como a primeira é oriunda de projetos da segunda e a última é utilizada para manutenção da hegemonia. Ambos se mantêm vinculados, ao menos, desde a Modernidade. Esse aparelho

⁵ Esse exemplo não é o que me disponho a pesquisar neste trabalho de conclusão de curso, é mesmo para reflexão e marca também o meu “lugar de fala”, meu tempo histórico e embates que profissionais da educação vivem no presente, como Certeau afirma em Operação historiográfica.



ideológico de Estado (a educação) não pode ser pensado separadamente das políticas de Estado e contexto histórico, justamente por não ser neutra, mas extremamente enveredada de ideologia.

As especulações deste ainda são iniciais e uma das possibilidades que se pretende seguir é a de pensar o Ensino Superior dentro dos projetos de Estado no capitalismo. Investigar se a Universidade se configura de forma hegemônica ou contra-hegemônica à estrutura vigente. Investigar ainda se há um projeto educacional no Ensino Superior o qual não segue a lógica da hegemonia vigente, antes se propõe como revolucionário, ou na contramão dessa ordem estabelecida. Já é possível adiantar a esse assunto, as premissas de Isabel Almeida(2012, p. 45), segundo a autora, as políticas econômicas são

Orientadoras do contexto universitário, impregnando suas formas de organização e gestão (direcionada para redução de custos), os objetivos e formulações curriculares (centrados na lógica das necessidades determinadas pelo mercado), as relações de trabalho (centrada na lógica da intensificação e do produtivismo), a avaliação do sistema e a produção do conhecimento (orientadas pela produtividade).

Para além disso, o modelo de gestão acadêmica se sustenta na quantificação dos produtos e nas noções de excelência, eficiência e produtividade. Prova disso são as gratificações salariais por produção e mérito, bem como exigência de um quantitativo significativo de produções de pesquisas, artigos e livros por ano. Mecanismos de incentivo à produção por meio de bolsas de pesquisas, e o *ranking* das instituições que atendem ao padrão de produção imposto por essas políticas econômicas, muito semelhante ao Taylorismo adotado nas empresas privadas. A demanda do que se deve ser produzido e na Universidade é também ditada pela lógica do capital e os cursos oferecidos devem atender as exigências do mercado capitalista de forma que o ensino superior não fuge à regra de ser utilizado como aparelho ideológico de Estado na atualidade. Dessa forma, a priori pode-se entender também a Universidade como coerente à hegemonia vigente.

Referências



ALMEIDA, Maria Isabel de. **Formação do professor do ensino superior: desafios e políticas institucionais**. São Paulo: Cortez, 2012.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. São Paulo: Martins Fontes, 1974.

BRANDÃO, Nágela Aparecida & Edmundo Fernandes Dias. **A Questão da Ideologia Em Antônio Gramsci**. Trabalho & Educação, v. 16, nº 2, jul/dez 2007. Disponível em: <http://www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/trabedu/article/viewFile/877/769>. Acesso em: 27 de maio de 2016.

BRASIL. Projeto de Lei nº 867, de 2015. **Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, “O Programa Escola Sem Partido”**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1317168.pdf>. Último acesso em: 03 de agosto 2016.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

GRAMSCI, Antonio. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. In: **Cadernos do cárcere**. Vol. 3. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da História**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos**. O breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MÉSZÁROS, I. **Para além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.